

ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Hernâni Robinson da Luz Oliveira

Mestrando do ProfHistória, pela Universidade Regional do Cariri – URCA

hernanirobinson@hotmail.com

Rosilene Alves de Melo

Professor Adjunto II da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

rosileneamelo@gmail.com

O presente artigo faz parte da minha dissertação de mestrado no programa de pós-graduação stricto sensu em Ensino de História – ProfHistória, pela Universidade de Regional do Cariri. A principal finalidade dessa pesquisa é demonstrar que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC podem e devem ser requisitadas pelo professor de história local para superar barreiras curriculares e realizar um engajamento com a linguagem digital.

Em Juazeiro do Norte, município do interior cearense, tem em sua grade curricular educacional uma disciplina exclusiva para se trabalhar com história local que se chama “Estudos Regionais”. Essa disciplina deriva de outra criada pela Lei Orgânica do Município - Primeira Constituição Municipal de 1990, Capítulo V da Cultura da Educação e Desporto, Art.175 - A História de Juazeiro do Padre Cícero Romão Batista.

Complicações no ensino de história local

A disciplina de Estudos Regionais é obrigatória, e está presente nos currículos do quinto aos nonos anos do ensino fundamental e pode ser ministrada por professores formados preferencialmente em história e geografia. Em se falando de currículo, nós professores não recebemos a ementa da disciplina, que no máximo se resume a uma folha com os conteúdos mínimos ou uma proposta curricular que geralmente ficam centrados na história da cidade.

A nomenclatura dessa disciplina posta como “Estudos Regionais”, leva-nos a crer que se trata sobre os estudos da região, nesse caso a Região do Cariri com seus 26

municípios ou ainda podendo ser os estudos das cidades que fazem parte da Região Metropolitana do Cariri (RMC), que sintetiza desses 26 municípios caririenses para nove que são Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Todavia não passa de mera ilusão, pois durante essas duas aulas semanais os professores trabalham muitas vezes apenas o personagem principal desse município, o padre Cícero. As outras cidades que compõe a região do Cariri não são devidamente lembradas.

O professorado encarregado de lecionar a disciplina não dispunha de nenhum material didático, até que no segundo semestre do ano de 2018 chegou o livro didático nas escolas¹. Todavia, o livro didático (ALENCAR, MARIA, *et al.*, 2017) é bastante insatisfatório em seu conteúdo², fazendo com que os docentes utilizem os mesmos recursos que usavam nos anos anteriores. Esses recursos são os textos publicados em livros ou na internet, de memorialistas³ e entusiastas da história local. Contudo, o espaço mais requisitado nas pesquisas na elaboração dos planos de aulas ainda é o Wikipédia, como alguns colegas meus já me contaram.

Por essa carência na estrutura dessa disciplina, busquei materiais acadêmicos para embasarem melhor meus planos de aulas. E com essa pesquisa que faço em meios teóricos acadêmicos, objetivei criar um blog que condicionasse de maneira interativa e lúdica os temas da história local⁴, sobre isso falarei mais adiante.

História Local: conceitos e fluxos teóricos para uma definição

¹ O livro “Juazeiro do Norte: Cidade da Gente” da Didáticos Editora foi confeccionado no ano de 2017 e foi escrito por seis professores: Chessman Alencar, Conceição de Maria, Djailson Malheiro, Karla Lima, Maria José Sales e Núbia Ferreira.

² A primeira unidade do livro “Juazeiro do Norte – Ceará: Lugar de viver”, trata sobre o espaço geográfico da cidade; A segunda unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: História e Memória”, como o nome norteia se refere ao ensinamento de alguns pontos da história de Juazeiro onde Padre Cícero esteve presente; “Juazeiro do Norte – Ceará: Lugar de Memória” é o nome da terceira unidade e aborda especificamente o patrimônio histórico do município; a abordagem da quarta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Educação socioambiental” trata-se sobre a educação ambiental e inicia com os preceitos ecológicos do Padre Cícero; Na quinta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Lazer e turismo” discuti sobre os lugares de lazer do município, assim como o turismo religioso e artesão; e por fim, na sexta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Poder e cidadania”, é a parte mais emblemática do livro por ser uma espécie de espaço publicitário da gestão do atual prefeito José Arnon Bezerra.

³ A cidade de Juazeiro do Norte, tem vários memorialistas, mas alguns se destacam, como o Químico Industrial Renato Casimiro, o Biólogo Daniel Walker e o radialista Geraldo Menezes Barbosa.

⁴ O blog Estudos Regionais Integrado: <http://estudosregionaisintegrado.blogspot.com/>

Agora para compreendermos o ensino da disciplina de estudos regionais, recorremos a definição de história local, da pesquisadora Joana Neves (1997):

Evidentemente, por história local deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. [...] história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar o local como objeto do conhecimento e/ou o local como referência para o conhecimento. (p. 14-15)

O historiador Pierre Goubert (1988), explicou como a história local foi ganhando espaço no meio acadêmico francês, onde teria sido o berço dos estudos da história social.

A volta à história local origina-se de um novo interesse pela história social — ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados (p. 73).

Essa visão de Goubert estava alinhado aos estudos promovidos pela Escola dos Annales a qual fez parte da segunda geração, em que a história tida como oficial não era completa porque não englobava os outros agentes históricos. A macro história ou história dos dominantes não contemplava a história regional/local, sendo assim incompleta.

Com a Nova história e também a história social inglesa proporcionaram uma abertura maior nas investigações de micro-temas (FERNANDES, 1995). Antes o historiador utilizava tipo um telescópio visando só os grandes corpos celestes (os heróis nacionais; acontecimentos ou marcos das classes dominantes etc) com a chegada de novas perspectivas historiográficas oriundas da Nouvelle Historie e da História Social Inglesa os historiadores trocaram seus métodos utilizando um microscópio conseguiram detectar um número maior de agentes históricos.

O ensino de história acompanhava esse fluxo de limitação dos sujeitos históricos visíveis na pesquisa objetivando uma história oficial restrita a classes dominantes, em que o “[...]conteúdo é apresentada sob a forma de culto aos sujeitos históricos, de glorificação dos atos individuais, portanto, uma história personalista que enfatiza determinadas datas, personalidades e fatos isolados de patriotismo” (BARBOSA, 2006, p. 58). Com a nova história resultou na abrangência de sujeitos e fontes históricas, e acima de tudo

a História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito

mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais, o impacto de mudança tem de ser medido por suas conseqüências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá (SAMUEL, 1990, p. 220).

Essa mudança de foco na concepção historiográfica contribui para o ensino de história de maneira geral, pois o aluno quando percebe que ele é sujeito histórico e os espaços de sua cidade também são conteúdos que ajudam a traçar elementos que proporcionam norteamentos que servem de informações para compreensão de fragmento da história. O ensino de história a partir da realidade do educando ajuda construir sua identidade e cidadania (FERNANDES, 1995), e através dessa identidade social vem a reflexão da consciência como sujeito histórico (NEVES, 1997). Já dizia o historiador Jean Chesneaux (1994, p. 22) “o passado está presente em todas as esferas da vida social”.

Memorialistas e a história local/regional: Interferência ou Referência?

A disciplina de estudos regionais pode ser lecionada por professores licenciados em história ou geografia, que durante os anos da graduação tem contatos com vários temas inerentes as suas formações inclusive a história e a geografia local respectivamente. O saber acadêmico é colocado em prova quando o professor de estudos regionais tem que preparar o material que será lecionado e tem que recorrer muitas vezes a escritos de memorialistas.

Os conteúdos de instrução são selecionados a partir da disputa de memória promovidas geralmente pelos grupos familiares que tem influência na cidade direta ou indiretamente desde os tempos de sua fundação. Desse modo essa disciplina escolar deve-se ao interesse externo de grupos de memorialistas que selecionam o que deve ser resguardado para a história local.

As finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de conteúdos de instrução que obedecem a objetivos educacionais definidos mais amplos. Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade (BITTENCOURT, 2008, p. 42).

Ou como pontua Silva e Fonseca (2012),

[...] concebemos currículo como uma construção, um campo de lutas, um processo, fruto da seleção e da visão de alguém ou de algum grupo que detém o poder de dizer e fazer. Logo, o currículo revela e expressa tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos. É histórico, situado, datado no tempo em o lugar social (p. 44).

Mormente nas cidades do interior essa problemática da história que será lembrada é uma das estratégias das famílias oligárquicas que sempre influenciaram e participaram das decisões políticas. E a importância de dominar a história ou mesmo de inventá-la passa a ser uma ferramenta eficaz de perpetuação dessas famílias no poder local. Desse modo é valoroso o papel do historiador frente aos memorialistas que são considerados guardiões da história local, pois os historiadores sabem que nunca darão conta de narrar o passado do mesmo modo que aconteceu e que a verdade é simplesmente uma visão. Essa construção do que foi o passado “originalmente, o historiador serve-se do mesmo procedimento ao abordar os resquícios coletados nos arquivos ou documentos; ele reconstrói um mundo que nunca chegará a conhecer” (CERTEAU, 2011, p. 164), o difícil é um guardião da memória engolir essa dose teórica. As fontes são apenas peças de um quebra-cabeça que o historiador tem um certo cuidado em montá-lo, levando as fontes como um subsídio de elaborar uma possibilidade/versão de uma história. Já os memorialistas, escrevem e reúnem essas fontes como evidência suficiente para montar esse passado.

Entretanto, o que talvez difere fundamentalmente os percursos traçados entre os historiadores e memorialistas seja o viés da formulação da questão histórica, em que

o historiador nunca se limita a formular uma “simples questão” - até mesmo quando se trata de uma questão simples - porque, em seu bojo, traz uma idéia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa. Ela supõe já um conhecimento mínimo das diversas fontes eventuais e imagina sua utilização por métodos que já tenham sido experimentados em outras pesquisas... Voltamos a encontrar o círculo virtuoso: é necessário ser já historiador para ser capaz de formular uma questão histórica (PROST, 2008, p. 76).

Outro ponto pertinente nessa distinção está na sensibilidade de perceber por meio da relação espaço e tempo as alterações nas possibilidades históricas, em compreender que

[...] espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o “espaço” tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente. (KOSELLECK, 2014, p. 77)

Desse modo, todo espaço que teve alteração realizada pelo ser humano é história. E por história entendemos que “[...] passa por uma escala cambiante de experiências possíveis: espaço de ação e processo, progresso e evolução, criação de sentido e destino, acontecimento e ação” (KOSELLECK, MEIER, *et al.*, 2016, p. 223). A região ou local se enquadra como esse espaço de ação.

E o termo definido por “região” já está havendo uma amplitude em sua conceituação pelos geógrafos que ultrapassaram a ideia de região natural “[...] para chegar uma concepção mais voltada para a forma pelas quais os homens organizam o espaço, tornando-o particular dentro de uma organização econômica e social mais ampla” (BITTENCOURT, 2008, p. 162). Sendo assim, os estudos sobre região estão diretamente ligados a história do cotidiano, social e cultural (BITTENCOURT, 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mostra um caminho de se trabalhar a história local no ensino fundamental em que “conhecer as muitas histórias de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte” (BRASIL, 1996, p. 43-44). Colocar o ensino da localidade pode ser uma estratégia para trazer os alunos a assimilar melhor o conteúdo de história. Todavia, quando se trabalha uma disciplina exclusivamente voltada ao ensino do local, como é o caso da disciplina de “estudos regionais” as estratégias didáticas ganham um destaque maior em relação a proposta dos PCNs citado anteriormente, pois os objetivos são amplificados por se tratar de uma disciplina que tem como foco o regional.

Podemos tomar como exemplo, um dos direcionamentos que os professores de história regional têm que ter é situar o local dentro do global, pois “[...] o projeto de uma história total da sociedade encontrou seu campo de experimentação na história regional” (KOSELLECK, 2014, p. 79). Para entender o processo que se deu na história local, temos que compreender a conjuntura do momento para que assim possa dar um traçado histórico com historiografia. Sendo assim,

“[...] é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação como outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 112)

Esse ofício do historiador não se percebe nas narrativas escritas pelos memorialistas e jornalistas que escreve(ram) a história de um município, de uma região ou até mesmo de um Estado. É compreensível, que as pessoas não historiadoras quando adentram na empreitada de escrever uma narrativa histórica, não se preocupem com os detalhes, notas de rodapés, apêndices que uma história convoca para seu entendimento mais macro. O preocupante é quando se tem apenas o conhecimento micro que se autodenomina como a verdade absoluta, sufocando qualquer germe de pesquisa que quebre a linha do pensamento consolidado.

A história local, por outro lado, tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos, e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Os escritos produzidos pelos guardiões da memória entre outros entusiastas da história local são mais acessíveis ao professorado do ensino básico (FONSECA, 2009) do que a produção acadêmica proveniente dos cursos de história. Por exemplo, o curso de licenciatura plena em história da Universidade Regional do Cariri – URCA, não tem um repositório online, fazendo com que um professor de educação básica que queira debruçar sobre ensino de história local e regional tenha que se dirigir até a universidade física (localizado em Crato) para poder melhor embasar suas aulas com uma teoria científica. O saber produzido no ensino acadêmico é por muitas vezes inacessíveis “[...]afinal de contas, a história não tem o objetivo primordial de ser ensinada nas escolas; a pesquisa, quando não está subordinada a determinado objetivo, exerce um controle total sobre a escolha de seus temas [...]” (PROST, 2008, p. 256).

História Pública e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como possibilidades de acessibilidade do conhecimento

Por outro lado, a escrita não acadêmica é de fácil acesso, pois está presente em blogs dos memorialistas e jornalistas locais, assim como os livros desses pesquisadores amadores são encontrados em bancas de revistas, livrarias ou em bibliotecas municipais.

Com o advento da Web 2.0, o saber histórico foi aos poucos descentralizando a exclusividade da escrita da história por profissionais. Ou como defende Chartier (2017), sobre a história na era digital “[...] o leitor já não é mais obrigado a acreditar no autor; pode, por sua vez, se tiver vontade e tempo, refazer total ou parcialmente o percurso da pesquisa” (p. 60).

A história pública está diretamente ligada ao acesso e difusão do passado por meio de diversas plataformas com método histórico fora da academia (LIDDINGTON, 2011). Os meios de comunicação de massa têm desempenhado ao longo dos anos esse papel de disseminar informações de cunho histórico para suprir as demandas da indústria cultural. A história local tem se beneficiado também com o desenvolvimento dos recursos informáticos (BRESCIANO, 2010) que tem possibilitado a difusão das produções historiográficas locais sem fronteiras, onde o local se torna global graças a rede mundial de computadores: a Internet.

Por conseguinte, o termo mídias digitais é comumente relacionado as novas mídias ou novas tecnologias, que tem a internet como seu principal elemento (ORTÍ, p. 1), esse entendimento favorece a usabilidade da nomenclatura TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação que também pode ser chamada de NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. As TIC - Tecnologias da Comunicação e Informação estão direcionadas as mídias analógicas, meios de comunicação de massa que são: TV, rádio, jornal e revista impressos (MARTINO, 2015). Com a convergência das mídias analógicas para mídias digitais, as TDIC se tornam o termo mais adequado para se trabalhar tecnologias educacionais. Uma vez que “as novas tecnologias permitem acessar conhecimentos transmitidos não apenas por palavras, mas também por imagens, sons, fotos, vídeos (hipermídia), etc” (GADOTTI, 2000, p. 7).

O conceito de ciberespaço é um dos mais significativos para as TDIC, porque está relacionado ao espaço onde acontece a troca de fluxos de dados digitais em redes de computadores, que mesmo sendo virtual tem ações e efeitos reais (MARTINO, 2015). “O ciberespaço é a interconexão digital entre computadores ligados em rede. É um espaço que existe entre os computadores, quando há uma conexão entre eles que permite aos usuários trocarem dados” (MARTINO, 2015, p. 29).

Na sociedade hodierna, as múltiplas relações humanas estão cada vez mais digitais, porém o ciberespaço e a cultura de convergência (“integração entre computadores, meios de comunicação e redes digitais, bem como de produtos, serviços e meios na internet” (MARTINO, 2015, p. 11) não são ambientes de acesso e interação para toda a sociedade devido a barreira digital. Entende-se como barreira digital, as “diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas a problemas sociais e econômicos” (MARTINO, 2015, p. 11). Superar essa barreira digital é um dos grandes desafios, principalmente na rede pública de ensino no Brasil, pois ainda temos muitas escolas analógicas, mas com corpo docente, discente e núcleo gestor com cabeças digitais (PETARNELLA, 2008).

As TDIC têm uma linguagem que os jovens do século XXI melhor assimilam por estarem habituados em seu cotidiano aos mais variados ambientes, onde a tecnologia está presente. Os alunos são os nativos digitais e os professores são os imigrantes digitais que são aqueles que estão se adaptando à nova linguagem da tecnologia (PRENSKY, 2001).

O professor não precisa ser um especialista em informática ou em programação, mas ao menos que tenha o básico de uma cultura informática (PERRENOUD, 2000). Foi pensando nisso que almejei usar as TDIC para aprimorar as aulas de estudos regionais, com o pouco de cultura informática que adquiri nos últimos anos. Para suprir a falta de estruturação de conteúdos criei um blog chamado “Estudos Regionais Integrado”, este ainda em construção, que tem como objetivo auxiliar e subsidiar não só a mim, mas os outros colegas que lecionam essa disciplina através de conteúdos com multimídias que possibilitam uma melhor interatividade na apresentação de temas da história local, visto que “podem-se associar os instrumentos tecnológicos aos métodos ativos, uma vez que eles favorecem a exploração, a simulação, a pesquisa, o debate, a construção de estratégias e de micromundos” (PERRENOUD, 2000, p. 136).

O blog é uma das ferramentas mais simples e eficiente para ser utilizado no ensino, já que por intermédio de aplicabilidade dos recursos multimídias que podem ser facilmente condensados proporcionando uma interatividade e aprendizado maior e melhor. No blog que criei já utilizo vídeos, fotografias, jogos entre outros recursos virtuais, que somam com os textos para uma melhor aceitabilidade didática de compreensão dos conteúdos. Na parte textual das publicações no blog tento sintetizar os

assuntos da história local para que se o professor que quiser utilizar em sala de aula não tenha muitas complicações. “Como o blog é uma ferramenta de comunicação assíncrona, as atividades pedagógicas que o utilizam podem ser completadas e ampliadas com a utilização de outras tecnologias independentes e dependentes” (POCHO, 2014, p. 71). Desse modo, o recurso do blog apenas adiciona um local a mais de aprendizagem e interatividade, não anulando as tecnologias independentes que são aquelas que não precisam para sua produção ou mesmo utilização de recursos eletrônicos.

Por meio da virada digital, os historiadores estão condicionados a passarem por uma nova fase com uma certa similaridade com a ruptura feita pela Escola dos Annales do que seja “história” e quais suas fontes. “Devem ser valorizadas as peculiaridades disciplinares da história digital e as práticas digitais do historiador: a pesquisa de diferentes fontes e as diversas tramas narrativas da web” (NOIRET, 2015, p. 32). O ciberespaço ainda é um local pouco explorado pelos historiadores que mantem suas práticas tradicionais no mundo físico “real”, o virtual ainda é uma incógnita. Prova disso, é se fizermos uma busca nos trabalhos apresentados no último Simpósio Nacional de História ocorrido no ano de 2017 vemos que somente uma dezena dos artigos publicados se propunham em discutir questões relacionados com as TDIC. É notável que a implementação das TDIC nas pesquisas de história ainda está engatinhando, por isso nessa pesquisa que pretendo desenvolver utilizo profissionais nas mais variadas áreas que discutem questões do ciberespaço em suas pesquisas, daí tentarei fazer uma ponte entre as TDIC e a História.

O pesquisador Marcos Silva, foi um dos primeiros historiadores⁵ que se debruçaram para trabalhar as novas tecnologias no ensino de história. Para ele, o ensino de história carece de uma nova postura pedagógica para uma melhor compreensão da geração da internet em suas necessidades de aprendizagem. Outro ponto levantado por Silva (2012) é a dificuldade para alguns professores incorporarem as TDIC, chegando até mesmo a desenvolver uma “tecnofobia docente” perante uma tecnofilia estudantil.

⁵ Entre os trabalhos publicados nos anais do XXIX Simpósio Nacional de História ocorrido em 2017, alguns tratam diretamente das TDIC com o ensino de história, como por exemplo, os trabalhos de Andrade (2017) que é sobre a produção de MEMES para a construção histórica do educando; ainda na linguagem digital com MEMES, temos a pesquisa de Cadena (2017) que analisa a dimensão comunicacional histórica através desse elemento da cibercultura que é o MEME; e por fim, temos o trabalho de Oliveira e Costa (2017), que utiliza as TDIC como ferramenta motivacional na aulas de história.

A discussão sobre a mudança do perfil docente para se adaptarem as novas exigências do mundo hodierno com o uso das tecnologias digitais são contemplados com alguns pedagogos como Libâneo (2013). Os nativos digitais (PRENSKY, 2001) as vezes não tem sua aprendizagem desenvolvida pelas práticas analógicas de ensino que ainda persistem na maioria das unidades de educação. O que falta é uma aprendizagem significativa (MOREIRA, 1999) que por meio das utilizações das TDIC supere algumas limitações nas estruturas curriculares das disciplinas que precisam também imigrarem para a linguagem digital.

A escola ainda está em uma frequência analógica, enquanto seus usuários são digitais. Essa diferença na sintonia, favorece a indisciplina, pois o aluno digital se sentirá incompatível com esse espaço analógico. Gera um sentimento de não pertencimento aquele espaço, pois em muitas unidades federativas brasileiras restringem o uso de equipamentos eletrônicos nas escolas. A escola se torna um local Offline (fora de linha/desconectado do ciberespaço), ou seja, o local da indiferença dos cabeças digitais (PETARNELLA, 2008) que fora da escola podem ser novamente visíveis, estar conectado - Online novamente. “As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento” (GADOTTI, 2000, p. 07), entretanto muitas instituições de ensino (incluindo universidades) não estão sabendo utilizá-las, e muitas preferindo evitá-las.

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino de história é uma ferramenta muito útil no processo de ensino aprendizagem porque “[...] permitem um alcance múltiplo e longínquo dos saberes, e o professor se apresenta como mediador da transposição desse conhecimento” (CAMPÊLO, 2017, p. 13). Para o historiador Campêlo (2017), as TDIC têm a capacidade de poder desenvolver o pensamento crítico dos alunos nos mais variados temas.

Exemplificando o trabalho das TDIC no ensino de estudos regionais

Dentre as possibilidades de interação das TDIC e os temas de história local, podemos citar o exemplo do projeto “Trabalhando o Patrimônio Cultural de Juazeiro do Norte em Sala de Aula⁶” que desenvolvi com discentes dos oitavos anos da escola que

⁶ O projeto está disponível no blog:
<<http://estudosregionaisintegrado.blogspot.com/2018/05/trabalhando-o-patrimonio-cultural-de.html>>

leciono. O projeto consistia em trabalhar o patrimônio cultural material e imaterial da cidade. Os alunos tiveram aulas sobre educação patrimonial e identificaram quais são os patrimônios culturais do município. Os estudantes ficaram responsáveis pela produção de maquetes ou elementos representativos que fazem parte desses patrimônios.

A parte tecnológica desse projeto veio com a ideia que tive e compartilhei com os alunos, de usar códigos QR (Quick Response/Resposta Rápida). Os códigos QR tem a capacidade de direcionar através de um simples código de barra bidimensional uma mensagem interativa que pode conter links, textos, vídeos, músicas entre outras possibilidades. Sabendo disso, discutimos sobre a anexação de um código QR em cada maquete e nos outros itens produzidos pelos estudantes que podia concentrar alguma informação sobre o local ou manifestação cultural. A motivação surgiu, quando observei que os pontos turísticos da cidade não trazem nenhuma informação sobre os patrimônios materiais e imateriais que são visitados deixando excursionistas ou peregrinos desassistidos. Esse problema claro não é somente de Juazeiro do Norte, muitas outras cidades não contemplam ou tem um número insuficiente de guias turísticos. E por meio de uma tecnologia simples, um visitante que está em frente a um prédio histórico pode através de seu celular escanear o código QR e aprender um pouco sobre a importância patrimonial do local.

Dividi as turmas em grupos menores e deixei cada equipe responsável pelo menos por um patrimônio cultural do município. Os alunos por meio de minha orientação fizeram uma pesquisa sobre os locais e ficaram incumbidos de produzir os textos sínteses que seriam colocados no código QR. Os elementos multimídias fotos, áudios e vídeos, assim como a gerência do site provedor do código QR ficaram atribuídas a mim. Procurei um site gratuito, nesse caso o QR infopoint⁷, pois a minha intenção que era ser utilizado por outros professores esse recurso, assim como a prefeitura da cidade poderia também pensar nas instalações do código QR nos locais patrimoniais de Juazeiro do Norte, preferencialmente naquelas placas de identificação ou placas de atrativos turísticos com aqueles símbolos que não informam muita coisa.

⁷ O QR Info Point é uma das opções mais completas do ciberespaço, pois pode ser anexado nos códigos QR: textos, áudios, imagens, vídeos e links. disponível em <<https://qrinfopoint.com>>

A culminância do projeto foi uma exposição no pátio da escola, onde foram fixados cartazes ensinando o passo a passo da utilização do código QR. Esse projeto demonstra como a tecnologia pode ser aliada no desenvolvimento urbano, mas também na prática pedagógica que vem sofrendo interferência principalmente com as prerrogativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC e as TDIC

Homologada no final do ano de 2017, a BNCC para o ensino fundamental já está sendo discutida em vários municípios brasileiros, inclusive em Juazeiro do Norte. As redes e escolas têm até o ano de 2020 para implementarem a BNCC. Entre as dez competências gerais dessa base, o termo digital e tecnológico aparece em quatro desses itens, ora como conhecimento historicamente construído, ora como recurso e linguagem. Partindo disso, buscarei através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação mecanismos de melhoramento do ensino de história local na disciplina de estudos regionais, e por assim dizer já se aliando com a BNCC.

A sociedade da informação (BRIGGS e BURKE, 2006) com sua cultura digital tem suas exigências curriculares de ensino divergente de outras sociedades anteriores, pois esse novo mundo embebido pelas TDIC exige novas práticas de ensino (MORAN, 2000). “[...] a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica” (GADOTTI, 2000, p. 5). Todavia, o pensamento crítico não depende somente do uso ou não das TDIC, são muitos fatores que colaboram com o desenvolvimento da criticidade discente. A Base Nacional Comum Curricular já indica que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação são ferramentas/recursos necessários para execução da implementação desse documento, que indicará o que será ensinado nas escolas de educação básica brasileira.

Até mesmo a UNESCO com alguns projetos tem sinalizados para o uso das TDIC na prática pedagógica. O Projeto Padrões de Competência em TIC para Professores (ICTCST), da UNESCO, demonstra a importância da inserção do professorado no universo digital para poder formar cidadãos capazes de lidarem com as situações e demandas desse mundo digital. Dentre os pontos levantados por esse projeto da UNESCO

está a alfabetização em tecnologia, que visa preparar os discentes em cidadãos, assim como uma mão de obra qualificada que com uso das TDIC conseguem um melhoramento no desenvolvimento socioeconômico.

Considerações finais

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, não só no ensino da estudos regionais, mas em outras disciplinas pode facilitar a assimilação de conteúdos de uma carga teórica, que muitas vezes encontra a resistência por parte dos alunos que a cada dia interagem com a linguagem digital. O blog se torna um recurso favorável no agrupamento de aparatos multimídias digitais, sem exigir muito de conhecimento do ciberespaço, para que seja pelo menos uma possibilidade de melhor direcionamento no fomento da disciplina de estudos regionais que não está ainda estruturada em sua grade curricular.

Como a Base Nacional Comum Curricular está sendo implementado em Juazeiro do Norte, espero que a secretária de educação do município, não esqueça de elaborar juntos com os professores de estudos regionais um currículo para disciplina e se alinhando com as TDIC sinalizadas nas competências gerais da BNCC. Com o blog “Estudos Regionais Integrado”, estarei mostrando possibilidades de como usar algumas ferramentas digitais para incrementar suas aulas e além de fornecer um conteúdo melhor historicizado, mas com linguagem simples visando uma história pública, ou seja, acessível para docentes e discentes.

Referências

ALENCAR, et al. **Juazeiro do Norte: Cidade da Gente: Estudos Regionais: Fundamental II**. 1. ed. Fortaleza: Didáticos Editora, 2017.

BARBOSA, V. D. L. Ensino de história local: redescobrimo sentidos. **Saeculum – Revista de História**, n. 15, p. 57-85, Jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRESCIANO, J. A. **La historiografía en el amanecer de la cultura digital.**

Montevideo: Ediciones Cruz Del Sur, 2010.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CAMPÊLO, E. C. G. **A inclusão digital no ensino de história: as mídias digitais como ferramenta educativa.** GUARABIRA-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

CERTEAU, M. D. **História e psicanálise: entre ciência e ficção.** 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo.** 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado.** São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, J. R. O. Um lugar na escola para a história local. **ENSINO EM RE-VISTA**, Uberlândia, v. IV, n. 1, p. 43-51, jan./dez. 1995.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados.** 8. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2009.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-11, Jun 2000.

GOUBERT, P. História Local. **Revista Arrabaldes**, n. 1, p. 69-82, Mai./Ago. 1988.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história /.** Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, R. et al. **O conceito de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora: Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, v. 2, 2013.

LIDDINGTON, J. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, J. R. D.; ROVAI, M. G. D. O. **Introdução à história pública.** São Paulo : Letra e Voz, 2011. p. 28

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientais, redes.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

NEVES, J. História local e construção da identidade social. **Saeculum – Revista de História**, n. 3, p. 13-27, jan./ dez. 1997.

NOIRET, S. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, Maio 2015.

ORTÍ, C. B. Las tecnologías de la información y comunicación (T.I.C.). **Universidad de Valencia**. Disponível em: <<https://www.uv.es/~belloch/pdf/pwtic1.pdf>>. Acesso em: 13 Setembro 2018.

PADRÕES DE COMPETÊNCIA EM TIC PARA PROFESSORES: Módulos de padrão de competência. Paris: UNESCO, 2009.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PETARNELLA, L. **Escola Analógica – Cabeças Digitais: O cotidiano escolar frente às Tecnologias Midiáticas de Informação e Comunicação**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

POCHO, C. L. **Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrants**. [S.l.]: MCB University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 05 dezembro 2018.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAMUEL, R. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-242, set. 1989 / fev. 1990 1990.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, M. Ensino de história e novas tecnologias. **Universidade Federal de Sergipe**, 2012. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf>. Acesso em: 13 Maio 2018.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.